

# É POSSÍVEL PENSAR A COISA EM SI?<sup>1</sup>

*Is possible think the thing in itself?*

ANDREA FAGGION

Universidade Estadual de Maringá – UEM I

andreaflaggion@yahoo.com.br

**Abstract:** From a reading of Transcendental Analytics on *Critique of Pure Reason* and of the Kantian answer to the question “What Real Progress Has Metaphysics Made in Germany Since the Time of Leibniz and Wolff?”, I discuss a supposed inconsistency in the demand for a concept of thing in itself.

**Key-words:** Concepts; Thing in Itself; Object; Sensibility.

## INTRODUÇÃO

A contribuição positiva da *Crítica da Razão Pura* de Kant é vista pelo próprio como uma carta de permissão para que a filosofia prática se estenda “para além dos limites da sensibilidade”, sem que, com isso, a razão entre em contradição consigo mesma (cf. *CRP*, B XXV). Esta licença semântica para o supra-sensível repousa sobre a famosa distinção kantiana entre *pensar* e *conhecer*. Enquanto o conhecimento requereria sempre a aplicabilidade dos conceitos a um domínio sensível de interpretação, o que nos leva à cisão entre as noções de coisa em si e objeto do conhecimento, o pensamento poderia se libertar de tal exigência. Assim, todo objeto do conhecimento poderia ser pensado, mas nem todo objeto do pensamento poderia ser conhecido ou, em outras palavras, poderíamos falar sobre mais do que podemos conhecer. Entretanto, com base em uma análise da compreensão kantiana de conceitos, intuições e objetos na Analítica Transcendental da *Crítica da Razão Pura* e nos *Progressos da Metafísica*, pretendo sugerir a validade da conclusão de Robert Paul Wolff de que haveria “uma contradição na demanda por um conceito do independentemente real” (1973, p. 315), isto é, não poderíamos sequer *pensar* a coisa em si. Em suma, argumentarei que a nova semântica para conceitos e objetos, que permite a Kant resolver problemas teóricos que embaraçaram seus predecessores, não permitiria a ele pensar/falar sobre um mundo além do reino sensível. Pensar no que está além da sensação, ou no que nos afeta em um nível transcendental, não teria significado algum.

### 1.

Como todos sabemos, conhecer, para Kant, é uma atividade que só pode ser levada a cabo sob a condição de que o discurso teórico seja aplicável a um domínio intuitivo, pois como diz o

---

<sup>1</sup> Este artigo foi lido no “II Colóquio Kant: Coisa em si e Linguagem”, realizado na USP em 2008. Sou grata aos organizadores pela oportunidade de discutir meu trabalho e ao público pelas questões e comentários.

clássico slogan da primeira *Crítica*: “Pensamentos sem conteúdos são vazios; intuições sem conceitos são cegas” (A 51, B 75). Temos aqui que, em oposição aos empiristas, Kant não acredita que a impressão sensível seja por si só “intencional”. Isto é, o discurso não é apenas a organização lógica em raciocínios de um conteúdo representativo obtido através dos sentidos. Os conceitos participam já da constituição da intencionalidade das representações sensíveis ou, na terminologia propriamente kantiana, têm um “uso real”, e não apenas “lógico”. Por outro lado, Kant se opõe igualmente aos racionalistas, na medida em que nega que, conceitos, por si só, possuam algum conteúdo real. Em suma, se preenchermos conceitos com conceitos, sem nunca chegarmos ao preenchimento intuitivo, teremos apenas uma forma determinável por outra forma, sem nenhum contato com a realidade. Não apenas não teremos como nos assegurar de que algo na realidade corresponda ao conceito, como também sequer saberemos dizer de que maneira identificaríamos um objeto real sob aquele conceito.

O fato de apenas intuições, para Kant, estarem aptas à satisfação de conceitos se explica por sua definição inicial destes e daquelas. Conceitos são, por definição, representações gerais, portanto, incapazes de representar a presença de um indivíduo. “Cadeira” é um conceito se falamos da marca comum a uma multiplicidade possível de indivíduos. Já a intuição traz em sua definição a singularidade. A representação pode passar por intuição se e somente se apontar para um indivíduo. Daí que esteja dada apenas aqui a possibilidade da presença do objeto, o que depreendemos de outra característica, talvez mesmo mais essencial, que Kant assinala para as intuições: sua imediaticidade na relação com os objetos. De novo em contraposição, conceitos apenas mediadamente se relacionam com objetos. Nunca expressam, portanto, sua presença.

Temos aqui que, puramente a partir da compreensão do que Kant entende por conceitos e intuições, em uma abordagem preliminar, podemos compreender que o conhecimento seja impossível sem a participação de um ou de outro. Ou, talvez, a bem da verdade, tenha ficado mais claro por que conceitos não dispensam intuições, mas não o oposto.

## 2.

Penso que, para que compreendamos a necessidade de que conceitos desempenhem um papel no conhecimento, devamos introduzir seu sentido mais profundo através da noção de “síntese”. Segundo Kant, nossas intuições estão em relação direta (imediata) com objetos, mas, um tanto paradoxalmente, não têm um objeto sem a determinação conceitual, isto é, são cegas, porque, em si mesmas, são uma multiplicidade destituída de unidade<sup>2</sup>. Há polêmica quanto ao fundamento

---

<sup>2</sup> Há uma longa tradição para a discussão quanto à possibilidade ou não das intuições representarem objetos sem determinação conceitual. No mesmo Colóquio uspiiano onde, como já disse, li primeiramente este *paper*, Paulo Licht dos Santos, de maneira instigante, defendeu a tese oposta à minha, sustentando o necessário comprometimento de Kant com uma unidade das intuições independente dos conceitos. Minha resposta a Licht é ainda um “*work in progress*”, onde aceito parcialmente seus resultados. No entanto, para minha tese neste artigo, importa essencialmente o que os conceitos podem sem as intuições, não o que as intuições poderiam sem os conceitos, de

da tese kantiana da multiplicidade das intuições, mas eu, particularmente, penso que ela derive da temporalidade das mesmas.

Ora, para Kant, a noção de intuição não implica diretamente a sensibilidade. Embora acima tenhamos trabalhado indistintamente com os conceitos de intuição e sensibilidade, podemos imaginar um intelecto que seja intuitivo, isto é, que, ao pensar, coloque a presença de seu objeto ou o crie. Assim, temos uma novidade em relação ao que vínhamos dizendo, porque aprendemos que a verdadeira distinção radical não se dá entre pensamentos (atividades cognitivas) e intuições (representações diretas ou imediatas de objetos). Temos, na realidade, dois pares de oposto. De um lado, intelecto, como atividade ou espontaneidade, versus sensibilidade, como passividade ou receptividade. De outro, conceitos, como representações mediatas, versus intuições, como representações imediatas. Para uma virtual divindade, representações ativas e imediatas se fundem.

Mas sujeitos que não têm o poder de criar os objetos que pensam pelo simples fato de pensá-los, ou seja, não são capazes de se relacionar ativamente e de modo imediato com os objetos, precisam receber afecções para ter intuições ou representações diretas (imediatas)<sup>3</sup>. Uma intuição receptiva (passiva) é idêntica a uma intuição sensível. Para Kant, o tempo é a forma pela qual recebemos toda e qualquer afecção. Em outras palavras, é a forma da única intuição sensível que conhecemos. Ora, desde que o tempo é decomponível ao infinito (quer dizer, não é possível que nos deparemos com uma parte simples do tempo), o seu conteúdo intuitivo também o será. Eis que, para Kant, toda intuição deva conter uma multiplicidade, ou melhor dizendo, toda intuição sensível que conhecemos<sup>4</sup>. Temos uma indicação importante neste sentido, quando, em *Os Progressos da Metafísica*, Kant relaciona o caráter de composto das representações de objetos às suas formas sensíveis, tempo e espaço<sup>5</sup>: “A forma subjetiva da sensibilidade, se se aplicar, como tal deve acontecer [...] a objetos enquanto suas formas, suscita na sua determinação uma representação que dela é inseparável, a saber, a do composto. Com efeito, não nos podemos representar um determinado espaço senão ao traçá-lo, isto é, ao juntarmos um espaço a outro, e o mesmo se passa com o tempo” (*Os Progressos da Metafísica*, A 38).

Deste modo, este nosso último passo nos sugere uma explicação para a tese kantiana da multiplicidade dos dados sensíveis, mas nada nos diz ainda sobre o papel dos conceitos ou da atividade no conhecimento. Para chegarmos a tanto, precisamos entender que nossas representações intuitivas contêm sempre uma multiplicidade em unidade sintética, mas nunca uma impressão de segunda ordem que determine a ordenação deste múltiplo. Voltemos à mesma obra a que acabamos de nos referir: “a representação de um composto enquanto tal não é simples

---

modo que apresento minha explicação deste último ponto sem me preocupar em argumentar até as últimas conseqüências.

<sup>3</sup> O mesmo é válido ainda que pensemos essas afecções como provenientes de Deus, como na hipótese dos intelectos angélicos, a mim colocada por Tiago Falkenbach, a quem sou grata. Em outras palavras, ainda se fala em sensibilidade aqui, justamente porque a intuição depende de receptividade, mesmo que seja a Deus.

<sup>4</sup> Ênfase minha inferência a partir da temporalidade para a multiplicidade, e não simplesmente da sensibilidade, quer dizer, meu argumento pretende ser válido para um tipo de sensibilidade, e não para o gênero.

<sup>5</sup> Privilegio o tempo em meu argumento apenas por se tratar da forma do sentido interno, se estendendo, portanto, a todos os fenômenos.

intuição, mas exige o conceito de uma composição [...] é um conceito que não é tirado das intuições como uma representação parcial nelas contida” (*Os Progressos da Metafísica*, A 39). Temos também que: “Todas as representações que constituem uma experiência podem atribuir-se à sensibilidade, exceto uma só, ou seja, a do composto (*des Zusammengesetzten*) enquanto tal” (*Os Progressos da Metafísica*, A 52). Parece então que Kant tem uma boa explicação para que pensemos a unidade sintética<sup>6</sup> de nossas representações sensíveis, isto é, passivas ou receptivas, como não sendo ela própria recebida, mas sim um produto da atividade consciente. Como já vimos, se, para Kant, sensibilidade é sinônimo de passividade ou receptividade; intelecto ou entendimento é sinônimo de atividade ou espontaneidade. No nosso hipotético, incompreensível e (talvez mesmo inconcebível)<sup>7</sup> Deus, a representação direta ou imediata do objeto é fruto de atividade, daí que se fale em intuição intelectual. Mas, em Deus, note-se bem, *se não há sensibilidade, não há também discursividade ou síntese*. Enquanto Deus intui por ato, a nossa ação é o discurso, isto é, a atribuição de unidade à multiplicidade sensível<sup>8</sup>.

Temos então que a intuição só se converte em representação sintética quando uma atividade une o múltiplo sensível dado. Esta atividade recebe exatamente o nome de “síntese”: “*Por síntese*, no seu sentido mais geral, eu entendo o ato de reunir diferentes representações e de compreender o que é múltiplo nelas em um [ato de] cognição” (*CRP*, A 77, B 102-103). A consciência desta unidade sintética recebe o título de “conceito”, agora sim, com sua roupagem verdadeiramente kantiana.

### 3.

Simplificadamente, podemos dizer que o conhecimento é uma síntese a qual atribuímos objetividade ou relação a um objeto. Ora, assim, para explicarmos a compreensão kantiana de conhecimento, temos que entender o conceito crítico de objeto. Segundo a interpretação que o próprio Kant faz da história da filosofia que o precedeu, o período pré-crítico teria um denominador comum: a objetividade seria definida em termos da adequação do conhecimento a uma coisa independente dele e, ao mesmo tempo, representada por ele. Daí que o giro copernicano de Kant seria a adoção da hipótese inversa: a de que os objetos sim se regulariam pelo conhecimento. Dado o absurdo da idéia de que uma coisa em si tenha que se adequar às condições de conhecimento, desde que este não seja o responsável pela realidade daquela, tem-se que a coisa em si será, a partir de Kant, distinta do objeto do conhecimento. Enfatizamos que não se trata de

<sup>6</sup> O que eu creio poder deixar em aberto neste *paper* é a possibilidade de uma unidade não-sintética nas intuições e seu papel.

<sup>7</sup> Em *Os Progressos da Metafísica*, A 28-29, Kant diz que não temos nenhum “conceito consistente” de intuição intelectual.

<sup>8</sup> E quais seriam as atividades cognitivas dos anjos se não lhes atribuímos um intelecto criador e nem temos razões para atribuir multiplicidade à sua sensibilidade? Talvez não haja motivo para lhes atribuirmos atividade alguma, por conseguinte, intelecto algum. Quiséssemos escrever um ensaio metafísico em teoria do conhecimento, negando o espírito do presente texto, diríamos que Deus é puro intelecto, os anjos, pura sensibilidade a Ele e homens, intelecto e sensibilidade.

dizer simplesmente que *não podemos* conhecer a coisa em si, conclusão que bem pode ser tirada humaneamente, por exemplo, mas sim que *não precisamos* conhecer a coisa em si para continuarmos falando em conhecimento em sentido forte. Este é o *insight* propriamente kantiano, desprezado pelos manuais que tratam o filósofo meramente como um agnóstico, ou até mesmo como um cético.

Mas como preservar o conhecimento abrindo mão da coisa em si? A pergunta que se deve fazer é o que tememos perder, isto é, de que nos serviria a coisa em si. Em uma palavra, a coisa em si seria uma garantia de unidade na multiplicidade de perceptos. Quer dizer, temos aqui, na verdade, duas funções relacionadas. Primeiramente, a coisa em si garantiria a ligação dos perceptos de um mesmo sujeito como perceptos de uma mesma coisa. Em segundo lugar, ela promoveria a concordância dos perceptos de sujeitos diferentes. Se a percepção se adéqua à coisa como ela é em si mesma, e não como ela aparece a mim ou a você, então ela se constitui como conhecimento válido tanto para mim quanto para você. A independência da coisa é, ou era, a única garantia da validade intersubjetiva do conhecimento. Agora, se há uma marca da qual não podemos abrir mão se quisermos continuar a usar o conceito de “conhecimento”, esta é justamente a validade intersubjetiva. Portanto, nossa pergunta agora é: como descartarmos a coisa em si sem que descartemos com ela a legitimidade de nossas pretensões de validade intersubjetiva. Aqui, vamos ter que recuperar o conceito de síntese de que tratávamos há pouco.

Um objeto é representado quando uma atividade, no lugar da coisa em si, confere unidade a uma multiplicidade de dados sensíveis. É pela síntese que impressões sensíveis tornam-se percepções de cadeiras, mesas, casas... O objeto assim desreificado é apenas uma função de unidade para uma classe aberta de perceptos<sup>9</sup>. Ele não é mais uma coisa jazente em um mundo (seja corporal ou inteligível) transcendente em relação aos perceptos, não é ele próprio um percepto e nem uma classe de perceptos. Nunca está propriamente dado. Nunca vemos, ouvimos, tocamos... a cadeira em sua completude (Leibniz) ou como substrato (Locke), a cadeira propriamente. A cadeira, como todo objeto, é a consciência que temos da unidade na multiplicidade de perceptos “da cadeira”. Ora, para o empirista, elejamos Hume como paradigma, a consciência que une a multiplicidade sensível pode bem operar apenas segundo padrões variáveis para cada subjetividade. Neste ponto, a síntese se divorciaria do conhecimento e o abandono da coisa em si nos cobraria suas conseqüências. É hora, portanto, de falarmos mais sobre a constituição da unidade sintética em sentido propriamente kantiano, é hora de introduzirmos o conceito de categorias do entendimento.

---

<sup>9</sup> “...achamos que o nosso pensamento sobre a relação de todo o conhecimento ao seu objeto comporta algo de necessário, pois este objeto é considerado como aquilo a que se faz face; os nossos conhecimentos não se determinam ao caso ou arbitrariamente, mas *a priori* e de uma certa maneira, porque, devendo reportar-se a um objeto, devem também concordar necessariamente entre si, relativamente a esse objeto, isto é, possuir aquela unidade que constitui o conceito de um objeto.

Ora, uma vez que apenas temos que nos ocupar com o múltiplo das nossas representações e como aquele X, que lhes corresponde (o objeto), não é nada para nós, pois deve ser algo de diferente de todas as nossas representações, é claro que a unidade, que constitui, necessariamente, o objeto, não pode ser coisa diferente da unidade formal da consciência na síntese do múltiplo das representações” (CRP, A 104-105).

Se damos unidade a impressões sensíveis em conformidade com princípios psicológicos de associação fundados em nossa natureza empírica – como parece ser, por exemplo, o hábito humeano – então podemos explicar a inevitabilidade das crenças, mas não justificar pretensões de conhecimento. Porém, se para além das formas psicológicas de associação, às quais os perceptos se adéquam acidentalmente, tivermos que pressupor também a conformidade dos mesmos a regras discursivas necessariamente válidas em relação a eles, então o conhecimento é possível. Quem opera corretamente com tais regras obtém os mesmos resultados na atividade sintética. O produto da síntese é intersubjetivamente válido – ou objetivo, pois, para Kant, dá no mesmo – porque as regras segundo as quais a síntese foi operada são intersubjetivamente válidas. Tal oposição a Hume é permitida por uma análise do conceito de experiência, que pretende revelar, justamente, que a unidade sintética, seu elemento incontornável, não poderia ser sensível, sendo, em vez de um resultado *a posteriori*, o conceito *a priori* fundamental cujas determinações específicas seriam as categorias (o “*Grundbegriff*”, cf. *Os Progressos da Metafísica*, A 39).

#### 4.

Vejamus que conclusões podemos tirar a partir do que foi dito a respeito do entendimento kantiano dos conceitos. Nós podemos dizer que Kant entende um conceito-classe como uma unidade analítica em nossas representações, isto é, uma marca comum que nós podemos encontrar em diferentes representações. Entretanto, ele se mostra mais interessado em unidades sintéticas. Kant apresenta, no § 10 da primeira *Crítica*, duas teses que são essenciais para nós: a) atos analíticos e sintéticos repousam sobre as mesmas funções: "A mesma função que dá unidade a várias representações *em um juízo* também dá unidade à mera síntese de várias representações *em uma intuição*"; e esta unidade, na sua expressão mais geral, nós chamamos de conceitos puros do entendimento" (CRP, A 79, B 104-105); b) A síntese precede a análise: “Antes de que possamos analisar nossas representações, as representações em si mesmas precisam ser dadas e, portanto, com respeito ao *conteúdo*, nenhum conceito pode surgir primeiramente por análise” (CRP, A 77, B 103). Kant não está defendendo algum tipo de harmonia dogmática das faculdades. Longuenesse esclareceu muito bem por que a análise depende da síntese e ambas compartilham as mesmas funções:

Eu quero sugerir então que [...] a 'consciência da unidade de síntese' imanente a qualquer intuição particular [unidade sintética] é a condição da reconhecimento empírica da identidade genérica de representações empíricas [unidade analítica] [...]. Se nós não fossemos conscientes, *para cada intuição particular*, que cada um dos elementos do múltiplo que nós sucessivamente apreendemos e reproduzimos nela pertence a um e o mesmo ato de apreensão/reprodução do múltiplo da intuição, então nós não seríamos capazes de subsequentemente reconhecer a *identidade genérica* de intuições empíricas diferentes [...]. A identidade genérica das intuições empíricas reproduzidas pela imaginação associativa é mostrada como a identidade genérica dos

*atos de síntese sucessiva* que, por sua vez, geram cada uma dessas intuições empíricas particulares 'como' unidades específicas de um múltiplo (1993, p. 47)<sup>10</sup>.

Assim, nós podemos ter um conceito como classe se e somente se nós temos, anteriormente, um conceito (ou protoconceito) como uma regra para síntese de um múltiplo na intuição, porque o que é genericamente idêntico em diferentes representações empíricas é simplesmente o ato de apreensão e reprodução do múltiplo intuitivo unificado por uma regra. Em outras palavras, porque a percepção depende do conceito como “consciência da unidade de síntese”, nós somos aptos a ter conceitos como representações genéricas de percepções, fazendo uma reflexão sobre aquela atividade. Ou seja, a consciência analítica/judicativa é uma consciência de segunda ordem.

Mas, se o conceito tem seu sentido primordial, para Kant, como “consciência da unidade de síntese”, em que ele se diferencia do objeto kantiano? A resposta parecer ser: não se diferencia. Já sabemos que é possível dizer “tenho uma percepção P de um objeto O” quando P é uma de uma multiplicidade de percepções que podem ser reproduzidas de acordo com a regra que é o conceito de O<sup>11</sup>. Em outras palavras, nós podemos dizer que um objeto serve como o fundamento da unidade de uma classe de representações ou que é um modo especial de organizá-las. Desde que, como também já sabemos, um objeto não pode ser um ente distinto de nossas representações dele, porque seria oculto de nós, Wolff nos diz que “uma investigação do objeto do conhecimento foi transformada em uma análise do conceito daquele objeto, até que, finalmente, o objeto tornou-se o conceito - especificamente, o conceito para reorganizarmos um múltiplo de percepções” (1973, p. 315).

## 5.

Ora, aqui podemos finalmente chegar à nossa tese. Porque a Analítica Transcendental precisou introduzir a explicação de conceitos como regras de síntese e de objetos como a unidade de sistemas de dados sensíveis em nome da revolução copernicana de Kant, “*há uma contradição na demanda por um conceito do independentemente real*” (WOLFF, 1973, p. 315, itálico meu). Logo, nós não poderíamos pensar uma coisa em si. Sugiro que não haveria tal possibilidade lógica, porque um objeto não poderia ser concebido à parte de (possíveis) dados sensíveis e um conceito como classe não faria sentido à parte de uma síntese regrada. A nova semântica para conceitos e objetos, que permite a Kant resolver problemas teóricos, não permitiria a ele falar sobre um mundo além do reino sensível. Pensar no que está além da sensação, ou no que nos afeta em um nível transcendental, não teria significado algum.

---

<sup>10</sup> Nós encontramos explicação muito similar em Wolff: “A unidade sintética de um múltiplo de percepções é [...] a condição necessária da unidade analítica de um conceito” (1973, pp. 68-69).

<sup>11</sup> Na verdade, mesmo a percepção P, como uma imagem organizada, é determinada em sua forma por sua participação naquela série regrada.

Wolff percebe que Kant tem uma estratégia para tentar evitar o problema: “Kant continuamente desliza do discurso sobre um objeto *independente* para o discurso sobre um objeto que é conhecido de um modo diferente, a saber, um objeto de uma intuição intelectual” (1973, p. 315). Contudo, eu concordo com Wolff, isso não parece ser o bastante:

um entendimento intuitivo (ou uma intuição intelectual – os dois parecem ser o mesmo) conhece seu objeto ‘não discursivamente através de categorias, mas intuitivamente em uma intuição não-sensível’ [B 311]. Isto é o mesmo que dizer que um entendimento intuitivo não é compelido a introduzir unidade em uma diversidade apresentada no espaço e no tempo. Consequentemente, uma vez que as categorias sejam vistas como regras de síntese, em vez de conceitos-classe ordinários, segue-se que elas não têm nem mesmo uma aplicação problemática para algo que não seja um múltiplo sensível (1973, p. 316).

Em outras palavras, no lugar de um objeto inteligível, podemos conceber apenas a forma inteligível de objetos sempre sensíveis. Podemos explicar o problema da seguinte maneira. Se o pensar é um representar ativo, não há contradição propriamente na idéia de que a coisa em si seja pensada. Mas se o pensar próprio a seres sensíveis como nós é um sintetizar, então a coisa em si não pode ser objeto de nosso pensamento. Esta atividade sempre procede por conceitos e estes só fazem sentido como funções de unidade para uma multiplicidade sensível. Como bem nota Wolff, de nada adianta dizermos que a coisa em si pode ser concebida como objeto de um outro intelecto, a saber, de um intelecto intuitivo, porque este, por definição, *não aplica categorias*. É verdade que Kant diz explicitamente que categorias são formas de pensamento mesmo *para uma intuição supra-sensível*<sup>12</sup>, mas esta, ao que tudo indica, poderia ser tomada como uma afirmação arbitrária, quando comparada à própria análise do que seria o conhecimento para o entendimento supremo: “isento, no seu conhecimento, de toda a sensibilidade e, *ao mesmo tempo*, da necessidade de conhecer por conceitos, conhece perfeitamente os objetos na simples intuição (intelectual)” (*Os Progressos da Metafísica*, A 29, *itálicos meus*). Daí a conclusão de que categorias não podem sequer ter um emprego problemático para além da sensibilidade que apresente um múltiplo. Sem um múltiplo recebido, elas são sim conceitos de um objeto em geral, como quer Kant, mas seja lá como for este objeto, ele sempre será sensível.

## REFERÊNCIAS

- KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*. (1787 [1781]). In: PREUSSISCHE AKADEMIE DER WISSENSCHAFTEN (Ed.). *Kantswerke*. Berlin: Walter de Gruyter, 1904. v. 3.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos; Alexandre Fradique Morujão. 4 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

<sup>12</sup> Categorias “são unicamente formas de pensamento para o conceito de um objeto da intuição em geral, seja esta de que espécie for, mesmo que fosse uma intuição supra-sensível, da qual não nos podemos fazer especificamente conceito algum” (*Os Progressos da Metafísica*, A 41).

- \_\_\_\_\_. *Os Progressos da Metafísica: acerca da pergunta da Academia Real de Ciências de Berlim: “quais são os verdadeiros progressos que a Metafísica realizou na Alemanha, desde os tempos de Leibniz e de Wolff?”*. Tradução de Artur Morão. Lisboa : Edições 70, 1985.
- LONGUENESSE, B. *Kant and the Capacity to Judge: sensibility and discursivity in the transcendental analytic of the Critique of Pure Reason*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1993.
- WOLFF, R. P. *Kant's Theory of Mental Activity: a commentary on the transcendental analytic of the Critique of Pure Reason*. Cloucester, Mass.: Peter Smith, 1973.